DIÁRIO OFICIAL
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

São Francisco de Paula, Terça-feira, 24 de Novembro de 2026 - **Edição** 726

PODER EXECUTIVO

LICITAÇÕES E CONTRATOS

LICITAÇÃO Nº 130/2026, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 27/2026

O Município de SÃO FRANCISCO DE PAULA torna público que está procedendo a **PROCESSO LICITATÓRIO: Licitação nº 130/2026, Concorrência Eletrônica nº 27/2026 – Data de Abertura: 09/12/2026, às 09h30min –** Contratação de empresa especializada para Reforma do Centro de Educação Integral e Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado. A sessão será realizada através do Portal de Compras Públicas, no link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações disponíveis no site: www.saofranciscodepaula.rs.gov.br. 24 de novembro de 2026. Thiago Carniel Teixeira, Prefeito.

DECRETOS

DECRETOS DO EXECUTIVO Nº 2861/2026 - REGULAMENTA O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS METAS DO PLANO PLURIANUAL - PPA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETOS DO EXECUTIVO Nº 2861/2026

- Regulamenta o acompanhamento e a avaliação da execução dos programas e das metas do Plano Plurianual - PPA do Município de São Francisco de Paula e dá outras providências.

DECRETOS DO EXECUTIVO Nº 2863/2026 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

DECRETOS DO EXECUTIVO Nº 2863/2026

- Abre Crédito Suplementar.

São Francisco de Paula, Terça-feira, 24 de Novembro de 2026 - **Edição** 726

Diário Oficial do Município de São Francisco de Paula/RS

CNPJ: 88.756.879/0001-47

Endereço Avenida Benjamin Contant, N° 1441 - Cipó

Telefone: (54) 3244 1214 - (54) 3244 3214

E-mail: protocolo@saofranciscodepaula.rs.gov.br

Horário de Atendimento: Segunda-feira a Sexta-feira das 08h30min às 11h30 e à tarde das 13h30min às 17h

Publicação de acordo com os dispositivos da Lei Municipal n° 3.835/2023, de 25 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal n° 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.